



A festa como patrimônio cultural: o carnaval popular em Campina Grande

Keila Queiroz e Silva¹

Pryscilla Laryssa da Silva Lima²

Resumo: O presente artigo tem por finalidade a análise sobre a festa carnavalesca na cidade de Campina Grande no período de 1950-1990, momento histórico no qual os moradores dos bairros populares passam a ser participantes e produtores dessa manifestação cultural, tendo como exemplo a Escola de Samba Unidos da Liberdade do bairro da Liberdade. As narrativas analisadas demonstram como os moradores segregados vivem uma luta permanente para conquistar o direito de uso à cidade, por meio de muitas formas de resistência e de suas artes de fazer. Para nortear a análise, Souza (2002) Silva (1999) Portela (2013) Santos (2008) contribuem para a leitura do texto cidade que revela essas tramas de resistência. Através de fotografias, de análise de depoimentos dos moradores populares e das elites, a pesquisa mostrou que o Carnaval que foi sepultado foi o das elites e que o Carnaval Popular com seus desfiles das escolas de samba nunca morreu, tendo em vista que as comunidades periféricas lutam pela preservação desse patrimônio cultural imaterial, com muita garra, unidade e criatividade.

Palavras-chave: Festa; Cidade; Resistência; Patrimônio Cultural.

The party as cultural heritage: The popular Carnival in Campina Grande

Abstract: This article aims to analyze the carnival festival in the city of Campina Grande in the period 1950-1990, a historical moment in which the residents of popular neighborhoods become participants and producers of this cultural manifestation, taking as an example the Samba School Unidos da Liberdade from the neighborhood of Liberdade. The analyzed narratives demonstrate how the segregated residents live a permanent struggle to conquer the right to use the city, through many forms of resistance and their arts of doing. To guide the analysis, Souza (2002) Silva (1999) Portela (2013) Santos (2008) contribute to the reading of the text city that reveals these plots of resistance. Through photographs, analysis of statements of popular residents and elites, the research showed that the Carnival that was buried was the elite and that the Popular Carnival with its samba school parades never died, given that the peripheral communities fight for the preservation of this intangible cultural heritage, with great strength, unity and creativity.

Keywords: Party; City; Resistance; Cultural Heritage.

Introdução

Conforme muito bem ressaltou a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2007), as cidades são visíveis, sensíveis e imaginárias e, neste sentido, a leitura da cartografia das cidades vai além de sua materialidade paisagística. Ler a cidade é ler os textos visíveis e invisíveis que tecem essa colcha de retalhos urbanos, é

1 Doutorado em Sociologia (UFPB), mestra em História (UFPE), Licenciatura Plena em História (UFPB).

2 Bacharelado em Direito (UFPB). Professora Associada II da Universidade Federal de Campina Grande. Professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFPG) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPG). É pesquisadora e coordenadora da Universidade Aberta da Terceira Idade (PIATI/UFPG).

horizontalizar as representações e práticas discursivas e extra discursivas sobre o espaço citadino. Assim, este artigo convida os leitores a fazer uma caminhada pela cidade de Campina Grande, estado da Paraíba, com olhar e sensibilidade voltados para os moradores e as cartografias dos de baixo. É uma jornada de encontro com os corpos populares foliões que inventam e reinventam a sua festa carnavalesca ao ritmo de samba, com sabor de resistência, prazer, solidariedade, vida comunitária e muita paixão pelo seu patrimônio cultural. A visibilidade desses moradores campinenses, mais especificamente dos foliões do bairro da Liberdade, representa uma denúncia das tramas discursivas oficiais que investiram na desqualificação e morte dessa festa popular, bem como um enfrentamento narrativo às macropolíticas urbanas autoritárias, elitistas, verticais e segregadoras dos moradores marginalizados material e simbolicamente.

As narrativas dos organizadores, das costureiras, dos foliões da escola de samba Unidos da Liberdade foram possibilitadas por meio da metodologia da História Oral BOSI (1994), apresentando outras cartografias campinenses, ou seja, as Campinas horizontais, multifacetadas por diferenças de classe, etnia, gênero e gerações, as que não aparecem na mídia, as que apresentam uma arquitetura do sensível, com múltiplas táticas de apropriação das ruas e múltiplos repertórios culturais, que tornam a experiência carnavalesca um patrimônio que resiste historicamente às ameaças dos gestores locais.

Que Campina Grande é essa, do carnaval popular? Que Campina era aquela do carnaval das elites? Por que essa prática cultural carnavalesca popular foi invisibilizada pelos discursos oficiais e pelas políticas urbanas? Quais as estratégias de destruição desse patrimônio cultural imaterial campinense? Como e por que esses moradores foliões resistiram para assegurar a permanência da expressão dessa festa carnavalesca? Que experiência de carnaval campinense morreu? Que experiências sobreviveram e quais as motivações dos moradores da classe média e alta e dos gestores no processo de desinvestimento no carnaval campinense? O que esse patrimônio cultural imaterial, chamado carnaval popular, conta sobre Campina Grande? Essas perguntas nortearam toda a escrita deste texto, fundamentadas em autores que pesquisaram sobre Campina Grande no período aqui analisado (1950 a 1990) e sobre a temática do carnaval campinense.

Ao discutir sobre festas, buscou-se historiadores que contribuíssem com a historiografia local como Damiano de Lima (2012) que auxiliou para a compreensão das políticas implantadas durante a Ditadura Militar, principalmente como as modificações administrativas influenciaram na economia e nas festas. Seguindo o mesmo caminho para entender essa cidade que se delineava na segunda metade do século XX, Keila Queiroz e Silva (1999) apresenta, através das análises dos depoimentos e dos processos crime, como era a mentalidade predominante entre os discursos do povo campinense sobre normas e desejos entre os anos de 1950 a 1970, com ênfase no estudo de gênero e os modelos citadinos de masculinidade e feminilidade aceitáveis e inaceitáveis socialmente. Tal análise colabora para compreender sobre como os campinenses enxergavam os sujeitos que, para eles, durante os festejos transgrediram as normas impostas por essa sociedade campinense que se dizia moderna e ao mesmo tempo, apresentava vários traços conservadores e patriarcais. Para contribuir nessa compreensão dos lazeres e prazeres que eram permitidos e proibidos, Antônio Clarindo Barbosa de Souza (2000) investiga os locais frequentados por esses campinenses, sejam eles cabarés, cinemas, igrejas e como eram as festas, entre elas o Carnaval. Continuando a discussão sobre as festas, Wagner Germiniano Santos (2008) analisa como, em um curto período de tempo, a cidade deixa de ser nomeada como “Capital do Trabalho” e passa a ser reconhecida como “Capital Cultural”, com

propensão para o turismo de eventos. O referido autor proporciona uma melhor compreensão de como a cidade de Campina Grande passa a viver e organizar suas festas a partir da década de 1980.

As categorias de análise que dão sustentação a esse trabalho são cidade, baseada em Pesavento (2007) e Certeau (1998), memória coletiva em Halbwachs (2006), patrimônio cultural (PELEGRINI, 2009), carnaval, com Da Matta (1997), comunidade, Bauman (2003), bairro (CERTEAU, 2012), cartografias, macro e micropolíticas (GUATARRI, 1986), narrador (BENJAMIN, 1996) e pobreza em Cerqueira (2010), de modo a adentrar nas reflexões acerca da experiência do carnaval popular de Campina Grande, e como uma experiência de afirmação da potência e criatividade dos pobres, tornando essa festa um patrimônio cultural imaterial que diz muito sobre esta cidade.

Na década de 1980, no Brasil, sobretudo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, a expansão do conceito de patrimônio se expandiu, ao conter em seu teor a compreensão de que o patrimônio cultural brasileiro “é constituído por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Diante do exposto, a referência ao carnaval popular campinense como um patrimônio cultural imaterial se justifica juridicamente e a legitimidade dessa festa como um bem imaterial, se confirma com mais profundidade nas falas dos narradores que também são patrimônios vivos e relatam suas tramas e seus dramas para preservar a festa, tendo como motivação mais pulsante, a afirmação de uma identidade comunitária e o pertencimento desta e dos moradores à cidade de Campina Grande.

Ao mergulharmos nas narrativas dos moradores do Bairro da Liberdade e organizadores e participantes da Escola de Samba Unidos da Liberdade e conheceremos as outras Campinas que não têm visibilidade na mídia local, nas Campinas ricas em experiências comunicáveis BENJAMIN (1996), nas cartografias campinenses das margens, reveladoras de muita diversidade cultural e de uma memória de resistência coletiva que faz história e se torna um ícone de exercício de cidadania. São narrativas de trajetória de luta pelo direito à cidade, ao ritmo do samba. Neste cenário urbano, mesmo com muitas dores, as cores predominam.

Entre ruas e clubes: os festejos carnavalescos da elite campinense

Os festejos carnavalescos na cidade de Campina Grande começaram a surgir no início do século XX, quando alguns foliões brincavam nas ruas do centro da cidade. Naquele período, Campina era uma cidade com número de habitantes reduzido, a concentração populacional se dava apenas em algumas ruas do centro. Esses habitantes eram pessoas de uma suposta elite que se reuniam e faziam o seu carnaval. A produção historiográfica dita oficial da cidade, privilegia o nome de alguns homens que faziam a animação no período, destacando-se o folião Neco Belo, um dos responsáveis pelo clube dos Caiadores. Então, por muito tempo, a história dos carnavais foi relatada com um certo saudosismo, com a lembrança dos carnavais passados, como mostra a citação do Anuário de Campina Grande do ano de 1982.

Com efeito naquela época a população maravilhava-se com os prestígios alegóricos dos clubes Caiadores, Vassourinhas, Maracatus, Bumba-meu-boi e Caboclinhos; vibravam com os ranchos e cordões do “Ipiranga” e do Galo, para não falar das “laranjinhas” (limas de cheiro) com as quais os foliões se guerreavam numa brincadeira sadia e inocente (Anuário de 1982).

Estes festejos do início do século XX eram marcados pelas batalhas de confetes e serpentinas e pela prática do Entrudo e presença de alguns blocos, costumes que vinham desde o período do império. Naquele primeiro momento, o Carnaval campinense se resumia a festejar em pequenos grupos e em um local específico. Com o passar do tempo e com as inúmeras influências que os festejos brasileiros sofreram, novas práticas carnavalescas também surgiram e Campina Grande, como uma cidade que vivia tempos de trocas econômicas e culturais, sofreu diretamente com as transformações. Nos primeiros anos dos festejos carnavalescos, os foliões brincavam o seu Carnaval, principalmente, na rua Maciel Pinheiro. A preparação consistia em ornamentar os sobrados, confeccionar as fantasias e organizar as comidas e as bebidas nas varandas desses. Naquele momento, a cidade possuía um número reduzido de habitantes e algumas pessoas, que no período carnavalesco destinavam-se à Rua Maciel Pinheiro, eram apenas espectadores do carnaval. Em tal caso, este sofria uma influência dos festejos de Pernambuco, com marchinhas de frevo e fantasias, como narra Léa Amorim (testemunho oral, 04/07/2018):

O carnaval resumia-se à [Rua] Maciel Pinheiro do começo da rua que era a Prefeitura Municipal até o fim da rua que hoje é um prédio chamado Ramos, né? Fazia a volta pela [Rua] Marquês do Herval e voltava para a Maciel Pinheiro e isso o povo a pé brincava só na rua, mas havia o Corso. O povo, os rapazes das sociedades entravam em bloco, sabe? Agora inventava as fantasias, botavam os paletós velhos, umas gravatas, uns bonés, o meu marido mesmo que brincava, eu não brincava. Nesse tempo meu marido era mais velho do que eu, claro, ele se fantasiou, você vai ver, ele fantasiado de aleijado, sabe? Se fantasiava de toda qualidade e ia, as moças sempre eram calça comprida e uma blusa que chamasse a atenção na rua. Então esse carnaval na Maciel Pinheiro era animadíssimo, as varandas dos sobrados ficavam cheias, nas calçadas de um lado e de outro era cheio de gente que queria ver, sabe? A banda tocar e tinha também a rainha do carnaval, sabe?

Este Carnaval que a narradora apresenta é típico da elite campinense. Para essa população, a Rua Maciel Pinheiro era o local onde eles brincavam os seus festejos e demarcavam o seu território. Havia divisões de gênero e classe, como é possível perceber na fala da narradora. Os homens possuíam a liberdade de usar as fantasias que quisessem e participar dos festejos nas ruas e nos clubes. Já as mulheres, só podiam participar dos carnavais nos clubes sociais depois que fizessem quinze anos, e mesmo assim, deveriam frequentar esses espaços acompanhadas de uma pessoa mais velha, como um irmão, um primo ou até mesmo os pais. Isto denotava o conservadorismo e a força da sociedade patriarcal.

As transformações nos festejos começaram a aparecer com maior ênfase a partir da década de 1950, motivadas por diversos fatores, entre eles o aumento populacional na cidade, surgimento de vários bairros e com isso, os habitantes desses se deslocavam de seus espaços para participar do carnaval no centro da cidade.

As ruas foram sendo aos poucos deixadas à disposição dos populares. Desde a década de [19]50, os desfiles passaram a ser organizados pela Federação Carnavalesca que lhe deu ares de lazer organizado, planejado, normatizado e politicamente aceitável (SOUZA, 2000, p. 48).

A década de 1950, para Souza, é colocada como um marco em que o carnaval começa a tomar uma proporção maior em relação ao número de participantes, e então, necessita ser organizado. Para isso se deu

a criação da Federação Carnavalesca com o objetivo de organizar o carnaval da cidade, instituição essa que esteve sempre presente nos festejos até o início da década de 1980, quando começou a surgir a tentativa de transformar o carnaval em uma festa turística e, depois, o surgimento com maior ênfase, dos discursos para anunciar uma suposta morte do carnaval campinense. Foi a Federação a responsável pela distribuição da verba para as agremiações e pela organização da estrutura da festa.

Com a chegada dos populares ao centro da cidade, os festejos carnavalescos começam a passar por um forte processo de mudança que vai se suceder nas décadas seguintes. A partir desse momento, passam a existir dois tipos de carnavais em Campina Grande: o primeiro é na rua, com blocos, corsos e uma tímida prática do Entrudo e, posteriormente, na década de 1960 com a institucionalização das Escolas de Samba.

Acreditamos que em um primeiro momento, as elites ocuparam realmente um lugar de destaque nas ruas campinenses, mas com o passar dos anos, com o aumento da população e com as pressões populares por mais espaços divisionais, os mais abastados passaram a ter como opção mais “segura” brincar em seus clubes privados (SOUZA, 2000, p. 48).

Essas elites começaram a ver o espaço da rua que elas brincavam e organizavam os seus festejos sendo penetrado por populares, os quais, para algumas pessoas, não representavam uma boa imagem. Eram indivíduos de condição financeira baixa ou média, não usavam trajes adequados ou, para a elite, não possuíam modos e práticas semelhantes às dela. Dessa maneira, o carnaval construído como a festa que marca a identidade nacional também demarca territórios, preconceitos, imposição de regras, jogos de poder e criação de vários discursos.

Os festejos carnavalescos eram vistos pelas elites locais como o momento e o lugar mais oportuno para marcarem as diferenças sociais, tanto no que diz respeito ao uso dos espaços, como na apresentação de suas práticas diversionais, dos demais segmentos que compunham a sociedade local. Ou seja, estas elites, até então, tinham como uma festa produzida por ela e para elas. Assim, naquele período os festejos carnavalescos se apresentavam, para as mesmas, como mais uma oportunidade de reafirmarem e atualizarem o seu status econômico, social e político e por conseguinte apresentarem, alegre e festivamente, a cidade que julgavam ter construído unicamente para o seu uso. Nos discursos veiculados à época, o carnaval era para ser uma festa reservada quase exclusivamente às elites locais, ficando aos demais segmentos da “sociedade campinense” reservado, no máximo, o papel de público espectador dos arroubos daquela (SANTOS, 2008, p. 99).

Estas pessoas que antes eram apenas espectadoras dos festejos, a partir da década de 1960, passam a ser atuantes na produção desses por vários motivos. Como citado anteriormente, o aumento populacional, fenômeno que ocorreu em todo o Brasil, principalmente em função do êxodo rural e aumento da industrialização do país, acelerou o crescimento e surgimento de vários bairros na cidade, a chegada de mão-de-obra e, bem como, eleitores. Foi nesse momento que um verdadeiro jogo de poder começou a se formar. De um lado, uma elite que começa a se enclausurar nos clubes mais abastados da cidade e, por uma parte, condenam e/ou participam das práticas desses populares nas ruas, e do outro lado, uma elite política que vai utilizar essa justificativa de organizar os festejos para ter uma massa de manobra política. É preciso compreender que essa cidade que antes “pertencia” a um grupo, passa a ser direito de vários e cada um vai usá-la de forma diferente. Isso é o que constrói a dinâmica da cidade, a luta constante de determinados grupos por um espaço, seja ele no plano físico ou em um plano imaginário.

“Mas, a cidade na sua compreensão, é também sociabilidades, ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos”

(2007, p. 14), como mostra Pesavento. Essa dinâmica é própria do espaço urbano e no carnaval, fica bastante nítida em Campina Grande. Porém, as elites foram responsáveis por fazer dois movimentos nesses festejos: o primeiro foi brincar o Carnaval nos clubes sociais, praticando a interação com os seus “iguais”, em oposição àqueles que estão nas ruas e a partir do final da década de 1970 começam a viajar para brincar o carnaval em outros lugares, principalmente no litoral da Paraíba.

Esse carnaval da elite campinense ano a ano entrou em um processo de decadência, motivado principalmente por discursos que nomeavam o carnaval da cidade como fraco, com poucos investimentos e sem atrativos. Esses moradores da elite campinense passam a viajar para o litoral paraibano e passar o feriado na capital. A partir de 1980, esse grupo que antes era detentor das ruas campinenses no período carnavalesco e dos clubes sociais, agora são moradores desterritorializados que passam a vivenciar os festejos em outras cidades. Já os populares entram em cena e fazem do carnaval campinense um grande palco do Patrimônio Cultural e de resistência.

O carnaval em ritmo de Samba, da “Liberdade a outros bairros populares”

Os festejos carnavalescos até meados do século XX em Campina Grande concentravam-se em desfiles de blocos nas ruas do centro da cidade. A prática do curso era realizada por pessoas que possuíam automóveis ou dinheiro para alugar um carro e participar do desfile ao som de marchinhas de frevo. Por fim, ainda sobre os tipos de festejos havia os bailes em alguns clubes sociais que já existiam na cidade. Enquanto a classe média e a elite campinense faziam o seu carnaval na rua Maciel Pinheiro, os populares ficaram como espectadores daqueles carnavais. Mas como não era possível deter a população nos bairros, a Prefeitura Municipal, a partir de 1950, começou a organizar o Carnaval.

Como não era possível deter o povo nos bairros, a Federação Carnavalesca Campinense viu-se obrigada nos anos 50 a organizar, além do Corso, o desfile dos blocos e tribos que passaram a se exibir nas ruas centrais da cidade. Em 1953, por exemplo, desfilaram “O Paulistano”, “O Esporte”, o Momo na folia e tudo, Unidos de São José, Piratas da Borborema, Ipiranga, Galo e o Campinense Clube (SOUZA, 2000, p. 146).

A Campina Grande que se mostrava como uma cidade com discurso de capital do trabalho, a joia rara da Paraíba, passa a ter o seu carnaval de uma forma mais plural. Ao mesmo tempo em que membros da elite exibiam suas fantasias e desfilavam em seus blocos, participando do desfile do Corso, os populares também usavam o espaço para desfilarem em seus blocos, escolas de samba e na apresentação de tribos indígenas e bois. Com essa levada de novos rostos e novas formas de participar dos festejos, o carnaval campinense começou a passar lentamente por um processo de reconfiguração. Para Sousa (2000) pouco a pouco as ruas vão sendo deixadas para os populares e os membros da elite passam a se enclausurar nos clubes sociais, espaços que eram marcados por uma grande burocracia para ter acesso, que ia desde a roupa que deveria usar, como se comportar e ser sócio ou possuir ingresso para ter acesso ao clube.

Porém, mesmo os populares podendo participar do carnaval de rua, eles não estavam “liberados” para fazer os seus festejos da maneira que desejavam. A elite campinense começou a pôr em prática planos para controlar os populares e isso ocorreu de duas maneiras: os moradores dos bairros populares foram estimulados a participar dos festejos em seus bairros, nos bailes nas Sociedades Amigos de Bairros-SABs ou em clubes sociais, ou se enquadrar nos modelos domesticadores das Escolas de Samba. Para o historiador Souza essa

tentativa de institucionalizar o carnaval feria o princípio essencial da festa, que era a espontaneidade e as manifestações notadamente populares:

O projeto que as elites tinham para os mais pobres pode ser sintetizado em três pontos: ou transformá-lo em meros espectadores de um espetáculo alheio- o que absolutamente não aconteceu- ou domesticá-los dentro de organizações carnavalescas- o que parcialmente ocorreu- ou, por fim, simplesmente reprimi-las pela força policial- o que quase sempre não deu muitos resultados (SOUZA, 2000, p. 157).

Esse projeto que foi iniciado pela elite campinense tem sua concretização em 1964, com o golpe civil-militar e com a instalação dos atos institucionais. A partir desse momento, os populares e as práticas carnavalescas eram crescentemente mais vigiadas, tudo era passado primeiro pela vistoria da delegacia de censura, para posteriormente poder ser colocado em prática. Como esses populares não aceitaram ficar apenas como espectadores do carnaval, passaram a se organizar nas escolas de samba, participar dos bailes em clubes e SABs, ou nos dias de carnaval partiam para o centro para ver o desfile das escolas de samba e participar dos festejos caindo no frevo e/ou no samba, dois ritmos que coexistiam no carnaval campinense. Além disso, outra prática comum era a organização de torcidas que partiam dos bairros juntamente com as escolas de samba, para torcer pela vitória das agremiações, prática que agitava o carnaval campinense.

A partir desses marcos cronológicos, como a década de 1950 e o ano de 1964, o carnaval para os populares passou a ser um lazer permitido (SOUZA, 2000). Isto porque, para os populares desfrutarem do carnaval, era necessário um conjunto de regras que deveriam ser cumpridas. Além disso, como os festejos passaram a ser organizados pela Prefeitura Municipal, a verba que era destinada para produção de fantasias, confeccionar e adquirir instrumentos chegava sempre às vésperas do carnaval, o que de certa forma provocava uma dependência desses grupos do financiamento de alguns políticos da cidade. Assim, havia uma certa apreensão na qualidade da produção dos desfiles, porque esses grupos sabiam que, se fossem rebaixados de posição, não receberiam uma boa quantia no carnaval do ano seguinte. Por outro lado, essas limitações orçamentárias fortaleciam os laços de sociabilidade dentro do bairro, já que a busca por condições para desfilar no carnaval, no caso das escolas de samba, fazia com que promovessem diversos eventos para arrecadar fundos e isso ocorria com apoio dos participantes da agremiação e dos comerciantes do bairro.

O plano que os poderosos faziam para o carnaval da cidade, pouco a pouco foi sendo colocado em prática. Do outro lado da história, os populares em seus bairros criavam uma rede de micropoderes para burlar as regras e viver o carnaval. Mesmo em meio aos inúmeros discursos que tentavam sepultar o carnaval campinense, os populares passavam cada vez mais a tomar os espaços das ruas que antes eram destinados a elite campinense, não importava se viessem nas escolas de samba, nas outras agremiações ou se partiam para clubes, cabarés, dancing. O que importava era usarem a cidade ao seu favor, por mais que os poderes tentassem, o tempo todo, regular suas práticas.

Para entender as práticas carnavalescas dos populares, tomamos como exemplo a Escola de Samba Unidos da Liberdade e sua relação com o bairro e o Carnaval. Os marcos cronológicos para compreensão dessas mudanças no carnaval campinense são os anos de 1974, com o surgimento da escola de samba de 1990 e com um carnaval fora de época na cidade. Dois momentos que vão reforçar ainda mais a resistência dos populares contra as inúmeras imposições que eram estabelecidas para a celebração da festa momesca.

A Escola de Samba Unidos da Liberdade surgiu em 11 de outubro de 1974, com alguns membros provenientes de outras agremiações, os quais decidiram formar uma nova Escola para compor a dinâmica dos desfiles carnavalescos da cidade. A Unidos da Liberdade carrega em seu nome o bairro de origem e suas cores - verde e branca. É uma escola que durante os seus períodos de desfile levou para a avenida ousadia, inovação e resistência servindo de exemplo para o que ocorreu com várias escolas que desfilaram no carnaval campinense até o período de 1990, momento em que as festas carnavalescas passaram a ter outras configurações. De acordo com José Alexandre Neto (Zé Neto) (testemunho oral, 2018).

A Unidos da Liberdade foi fundada com a adesão de alguns componentes que tinham a [Gremista do Samba]. Naquela época era no Açude Novo e daí nós brigamos com o presidente da gremista e nós fomos para a Liberdade, na Liberdade nós fundamos a Escola de Samba Unidos da Liberdade.

A escola de Samba da Liberdade tem como fundadores, Nilson Anchieta Gomes, Maria de Lurdes que ainda hoje é madrinha da escola, eu (José Alexandre Neto), José da Guia que era conhecido por “Burrego”, Carlos Alberto, conhecido como “Macarrão”, teve “fumaça”, teve “Gonzaga”, “Teinha” e esses foram os fundadores, sim: “Carlota” e “Peteca”.

Zé Neto foi o responsável, juntamente com outros membros, por formar a Escola de Samba do Bairro da Liberdade. Ele e seus amigos participavam de outra agremiação, uma escola de Samba do bairro São José chamada Gremista do Samba e, segundo narra, houve alguns desentendimentos entre ele e o presidente da escola. Esses desentendimentos eram algo muito comum nas agremiações, fatos que ocorriam entre os membros da própria escola e com as escolas rivais. Porém, não dá mais detalhes sobre o que ocorreu e quais foram os motivos. Sabe-se que, a partir desse rompimento, o bairro da Liberdade ganhou uma nova agremiação. Esses nomes que ele cita são de pessoas que durante os anos de desfiles, desde a fundação, participaram da escola. Alguns foram de grande importância para o desenrolar dos acontecimentos, os quais fizeram da Unidos da Liberdade uma escola extremamente ativa no carnaval Campinense.

A ideia, gestada em um feriado de outubro de 1974 deu certo e, no carnaval do ano seguinte, a Unidos desfilou apenas com sua bateria, feita principalmente de materiais recicláveis. De acordo com Zé Neto (testemunho oral, 2014):

O primeiro ano da escola da Liberdade é um troço engraçado nós não tinha (sic) instrumento de qualidade nenhuma, para dizer que nós não tinha (sic) instrumento, nós tinha (sic) vindo com dois ou três surdos, Tarôs, Tamborim para que a gente pudesse fazer a bateria. Começamos a sair toda noite na rua de Campina, principalmente nas ruas João Pessoa, na Maciel Pinheiro, na João Suassuna, pegamos Tambores de Carbureto, os caras colocavam lixo, e foi com esses tambores que a gente fizemos (sic) a bateria da escola de Samba Unidos da Liberdade, onde a gente passava a noite no lugar de tá recolhendo lixo, a gente tava (sic) colocando lixo na calçada e trazendo os tambores. Foi aí que a Unidos da Liberdade surgiu com bateria que o primeiro ano foi esse sacrifício. Já a partir do segundo ano, a gente já teve um desenvolvimento maior.

Os fundadores da escola tiveram a ideia de formar a escola, porém faltava recursos para concretizar a ideia, episódios como esses são comuns na história das agremiações provenientes de bairros populares. De acordo com Zé Neto, após o rompimento com a Escola Gremista do Samba, eles vieram para o bairro da Liberdade com alguns instrumentos e para compor a bateria da escola precisaram recorrer à reciclagem. Passaram a recolher pela noite nas ruas do centro da cidade tambores de carbureto e adaptar esse material à noite para se transformar em instrumentos musicais. Segundo Certeau (1998) o homem ordinário desenvolve o seu cotidiano de mil maneiras e burla o sistema, desenvolvendo astúcias que não são determinadas nem captadas pelo sistema. O primeiro ano da escola de samba é um exemplo que ilustra

o que é discutido por este autor.

Os membros da agremiação decidiram procurar no lixo, o luxo, para compor a escola de samba, porque segundo a regra, a verba proveniente da Prefeitura e do Estado só poderia ser distribuída para as agremiações que estivessem devidamente registradas junto à Federação Carnavalesca. A Unidos da Liberdade produziu uma nova forma de desfilar no carnaval de 1975, levando a sua bateria até ao desfile, que logo conquistou novos moradores para fazer parte da agremiação. De acordo com Cerqueira (2010) os pobres possuem uma capacidade de resistência e criação ao poder e as condições de vida existentes, é notável a capacidade dos participantes da escola de samba em resistir e exercer uma potência ativa e criadora durante a escassez de recursos.

No segundo ano da agremiação, o panorama de envolvimento dos moradores do bairro já foi bem maior, incluindo algumas pessoas que nunca haviam participado de nenhuma escola de samba. A Escola, desde o seu início representava a situação de marginalização em que viviam negros e pobres, conquistando o coração de mais um bairro popular. Dessa maneira, a partir de 1975 os habitantes daquele bairro popular passam a ouvir nos meses que antecedem os festejos carnavalescos, sons de tambores, tamborins e surdos que ensaiavam para animar os componentes e, do mesmo modo algumas costureiras e comerciantes do bairro eram chamados a fazer parte da mais nova relação de sociabilidade que se instalava naquele espaço. Segundo Zé Neto (testemunho oral, 2014):

(...) Tinha gente que nunca tinha participado de nada na Liberdade e então nós começamos a envolver na escola a partir do segundo ano, que foi o caso de Raimunda, conhecida hoje como “Mundinha”, de Marcelo de Sousa Lima, que também, não era, não participava da Escola, e alguém que agora me falta a memória que era presidente da SAB, sim Emanuel Paulista, que deu a maior força também para que essa escola fosse crescendo e crescendo. Esse foi o maior prêmio que nós conseguimos até agora.

A partir do segundo ano, a Escola ganhou maiores proporções e para Zé Neto, esse sempre foi o maior prêmio: o envolvimento dos populares do bairro. Homens, mulheres e crianças abraçaram a causa da escola de samba e a partir daquele momento, um conglomerado de potências criadoras entrava em cena. A partir do segundo ano, a escola precisou se organizar de acordo com as normas impostas pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, para poder receber verba para ajudar com os custos dos desfiles e, realmente, entrar na disputa pelos prêmios que eram oferecidos para as agremiações que desfilassem no carnaval.

Essa adesão dos populares às escolas de samba é um fenômeno comum em vários bairros da cidade, onde é possível perceber que, ao mesmo tempo que surgiam novos bairros, novas agremiações também eram criadas. Outro ponto comum é que as escolas de samba que estavam no grupo A, mais antigas nas disputas, ajudavam as escolas do grupo B. Mas também, aumentava a rivalidade entre os grupos, já que as escolas que estavam no grupo B desejavam acessar o grupo A e as agremiações que estavam neste grupo não desejavam ser rebaixadas de posição. Assim, para os participantes das agremiações e suas torcidas, essa adrenalina para o grupo de acesso fomentava ainda mais as relações de sociabilidade e envolvimento desses grupos. Uma massa de pessoas tomava conta das calçadas da Rua Maciel Pinheiro quando as escolas passavam, invadindo os limites que eram colocados com as cordas. Segundo os diretores das agremiações, essa “invasão” do povo atrapalhava o desfile das escolas, mas o que ocorria é que esse carnaval “organizado” que se tentava impor na cidade funcionava em partes, de resto, o que prevalecia era mesmo a espontaneidade

do campinense. Neste contexto, a Unidos da Liberdade se apresentou como uma agremiação que gostava de inovar e ousar na avenida. De acordo com Raimundo Formiga (Formiga) (testemunho oral, 2016):

E voltando “a Unidos da Liberdade era uma escola que do lixo fazia o luxo”. Uma escola que realmente dentro de Campina Grande fez tudo diferente. Foi a primeira escola a colocar Topless de mulher, a primeira escola do homem sair realmente de fio dental. Foi a escola que primeiro botou os carros, grandes carros na avenida. Trazia aquela multidão de plateia né?! Foi a primeira escola a ser realmente como as escolas do Rio. Como aqui a gente não deixava de ser enxerida sempre tem aquela explosão. “Olha a liberdade aí gente” (grito) ai aquela queima de fogos, todo mundo esquece a avenida e ficando olhando para o céu. Parece mais noite de São João, mas no fim é a Liberdade que sempre traz alegria e garra para a avenida.

Após seis anos de fundação da escola, com a chegada da década de 1980, a Unidos da Liberdade já havia aprendido como conquistar o seu lugar no carnaval campinense, assim como novos participantes, entre eles Raimundo Formiga, carnavalesco muito ligado às práticas culturais, que migrou do sertão paraibano e fixou suas raízes na cidade de Campina Grande. Após sua chegada, Formiga foi convidado para participar do carnaval campinense e foram suas ideias que fizeram a Unidos da Liberdade brilhar durante toda a década de 1980, no carnaval campinense.

Como carnavalesco da escola, Formiga e seus amigos passaram a cada ano a inovar nas escolhas dos temas, confecção das fantasias e como gerir a agremiação com baixo custo, portanto sua narrativa de que “a liberdade do lixo fazia o luxo”. Os temas dos desfiles procuravam sempre não polemizar, nem criticar algumas figuras políticas da cidade e talvez isso tenha ocorrido por três motivos: o primeiro se trata das proibições que cercavam o carnaval campinense desde a instalação da Ditadura Civil-Militar e a vigilância que esses grupos sofriam. O segundo é que, desde a institucionalização, esses grupos dependiam do financiamento da Prefeitura, do Estado e de alguns políticos, portanto, evitam criticar ou ridicularizar tais personalidades. E por fim, assumiam tais posturas como forma de resistir aos inúmeros macropoderes que circulavam o carnaval campinense.

Esse lugar de silêncio em relação, principalmente, às figuras políticas, não significava que os carnavalescos eram pacíficos em seus desfiles. Estes apresentavam críticas à sociedade e levavam pessoas que eram estigmatizadas. A Unidos foi a primeira escola a criar o próprio samba enredo e levar para a avenida o primeiro carro alegórico com homens e mulheres seminus, o que fazia com que o carnaval ficasse mais apimentado, isto porque as outras escolas tentavam ficar no mesmo patamar ou maior, de inovação, para conquistar os títulos e as torcidas.

As escolas de samba que desfilavam no carnaval campinense copiavam até o início da década de 1980, samba- enredo e tema das escolas da Região Sudeste do país e vários fatores contribuíam para esse fato, o primeiro é que esses grupos sofriam uma vigilância muito forte por parte do Departamento de Censura, o que de certa forma inibia a criatividade, já que muitos temas eram proibidos. A Unidos da Liberdade como uma escola que sempre trouxe para o carnaval campinense muita inovação decidiu, no ano 1982, trazer o primeiro samba-enredo produzido por membros das agremiações locais. Zé Neto (testemunho oral, 2019) relata que:

A Liberdade foi a primeira escola a inovar com carro alegórico e samba enredo que ninguém tinha. Inovar com carro alegórico que ninguém tinha. Foi a primeira escola a colocar um Travesti na avenida que era um Deus nos acuda e também foi a primeira escola a colocar uma mulher nua na avenida.

Como o fundador da escola, José Alexandre Neto narra (testemunho oral 22 de abril de 2019), eles ousaram na avenida com a colocação de travestis, mulheres seminuas, porém, alguns campinenses não gostaram do que viram naqueles dias de desfiles e começaram a taxar as agremiações.

A gente sempre contou com o povo mais humilde, o pessoal do poder aquisitivo melhor sempre taxava a escola porque tinha muito marginal, travesti, mãe solteira aí a gente não era bem visto, quer dizer, por essa comunidade maior. Agora a comunidade menor, essa não! Vinha de braços abertos, colaborava com a escola, estava lá na avenida, brigando com a gente. Tudo! É quem ajudava a fazer carro, fantasia.

Enquanto alguns criticavam as escolas, do outro lado o pessoal mais humilde era quem ajudava as agremiações, eram pessoas estigmatizadas pela sociedade que faziam da participação uma produção de subjetividade. Esta se insere em todos os campos da produção social e material, e para o filósofo Deleuze (1996) há duas formas de produzir essa subjetividade: a partir de uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo vive tal como a recebe, o que parcialmente foi o caso de algumas práticas carnavalescas, ou os indivíduos vivem uma relação de expressão e criação por meio da qual, se reapropriam dos componentes da subjetividade, produzindo um processo de singularização.

A produção de um processo de singularização foi a forma que os grupos carnavalescos, no caso das escolas de samba, usaram para sobreviver no carnaval campinense. Assim passam a produzir desfiles cada vez mais criativos, a envolver mais ainda a comunidade e alguns setores da iniciativa pública e privada. Essas estratégias serviram para a criação de micropolíticas dentro dos bairros, fazendo com que esses grupos se fortalecessem dentro do carnaval campinense, sendo a Unidos da Liberdade uma das peças principais no processo de singularização. Vários episódios marcaram os desfiles da Unidos da Liberdade, a escola sempre teve uma relação muito harmoniosa com a problemática de gênero. A composição da escola contava com uma variedade de pessoas que iam desde as crianças que desfilavam em alas específicas, como mulheres e homens principalmente negros, homossexuais, travestis.

O bairro da Liberdade apresentou-se como o ponto de partida para a produção das memórias sobre o carnaval e sobre a Escola de Samba Unidos da Liberdade. A escola se organizava e os moradores ficavam esperando para acompanhar a agremiação até o local do desfile, fosse ele na rua Maciel Pinheiro, Sebastião Donato, Severino Cruz ou na rua João Pessoa. Primeiro, a escola deveria apresentar-se para os seus moradores e foi nesse espaço que o carnaval popular cada vez mais se fortaleceu tornando-se um patrimônio cultural carnavalesco, primeiramente no bairro.

Desfile da Escola de Samba Unidos da Liberdade na década de 1980 em Campina Grande.

Figura 1 – Escola de Samba Unidos da Liberdade (Década de 1980).

Fonte: Acervo de Maria de Lourdes da Silva, fundadora e madrinha da Escola de Samba Unidos da Liberdade.

Embora os macropoderes tentassem enclausurar os populares em um tipo de festejo normatizado e disciplinado, estes com sua astúcia fizeram dessa tentativa sua resistência. As agremiações que lentamente se foram formando, desde o final da década de 1950, se fortaleceram, principalmente com o apoio dos moradores dos bairros. Foi no bairro, no cotidiano e nas relações de sociabilidade que as escolas criaram as suas raízes. Portanto, era tão importante para eles o desfile ocorrer primeiramente no bairro, com a expectativa de ver seus amigos, vizinhos e familiares representando o lugar. Além disso, aqueles que não desfilavam e ficavam nos bastidores produzindo as fantasias, desejavam ver como elas ficaram.

O dia do desfile era o ápice da expectativa para todos, tanto os participantes como aqueles que criticavam as agremiações. A torcida da escola ajudava no trajeto para o local do desfile. Essas pessoas auxiliavam a empurrar os carros alegóricos, a proteger o cordão de isolamento e cuidar das crianças que desfilavam na agremiação. Após o desfile, essas pessoas ou a maioria delas voltava para o bairro com a agremiação. O bairro que era o ponto de partida também se constituía e ponto de retorno. Cansados, felizes, bêbados e/ou revoltados com o tempo de desfile, era a Liberdade que acolhia a todos e nada mais merecido do que na Quarta-Feira de Cinzas celebrar a ressaca no bairro. Os membros da agremiação após longos meses de produção faziam a sua festa e mais uma vez engajavam todos aqueles que estavam dispostos a, mais uma vez, estender a mão para ajudar a escola.

A despedida do Carnaval

O prefeito Cássio Cunha Lima na condição de gestor leitor do texto cidade vitrine e executor de um projeto cidadão voltado para a Cultura de Eventos, ao identificar o “esvaziamento” de Campina Grande durante o período de Carnaval, uma vez que os moradores de classe média e classe alta se retiravam da cidade durante esse período, criou em 1990, o carnaval fora de época, aos moldes baianos, em ritmo de axé denominado “Micarandê”. Essa iniciativa vertical de maior invisibilização do carnaval popular campinense e desinvestimento na festa momesca no período que historicamente é considerado Carnaval, tornou ainda mais periférica e frágil, em termos de investimentos e mídia, a apresentação das Escolas de Samba de bairros populares da cidade. O olhar estigmatizador da experiência popular do Carnaval foi intensificado com essa “invenção”.

As narrativas de morte do carnaval campinense foram intensificadas pela mídia local, ao mesmo tempo que, como forma de resistência, pertencimento à cidade e afirmação de uma identidade cultural, os populares continuavam desenhando uma Campina com muitos corpos que continuavam sambando, desfilando e preparando ritualisticamente as apresentações de suas escolas de samba.

A partir de 1990, o Jornal Diário da Borborema começou um longo processo de silenciamento dos grupos populares, diminuindo cada vez mais as páginas dedicadas a falar sobre o carnaval popular e aumentando as páginas dedicadas ao novo evento que se instalava na cidade. A resistência dos populares mais uma vez entrou em cena. A última reportagem que se teve no jornal foi a de vinte e cinco de fevereiro de 1990 quando o presidente da Associação das Escolas de Samba desabafou sobre a humilhação que as escolas estavam sofrendo com a distribuição de verbas. As verbas a partir de então deveriam ser divididas entre o carnaval popular e o carnaval fora de época. A problemática da pouca verba oferecida ou da distribuição apenas nas vésperas ganharia mais um problema, que era divisão com outra festa na cidade.

Com o surgimento da Micarandê ficou difícil para se fazer o carnaval, porque o poder público na época, o prefeito na época, não queria ajudar as agremiações, dizia que primeiro era a Micarandê depois ia pensar no carnaval..., mas mesmo assim a gente não deixou de fazer...

De acordo com Zé Neto, o caminho para as agremiações carnavalescas ficou mais complicado com a chegada da Micarandê, e a verba era o principal motivo que afetava a não realização do carnaval popular. Porém, esses grupos como tentativa de resistência, passaram a realizar o carnaval, mesmo sem incentivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande, como bem mostra a reportagem do Jornal Diário da Borborema de 1992.

Nem a indiferença da Prefeitura para com as milhares de pessoas que ficaram em Campina Grande impediu que elas fizessem cada um ao seu modo, o carnaval na cidade. Dezenas de troças “La ursos”, tribos indígenas e até escola de samba esqueceram as dificuldades e foram a rua Sete de Setembro mostrar que apesar de tudo, o espírito momesco ainda tem vez na Rainha da Borborema. A promoção ficou a cargo da Panorâmica FM e contou com o apoio da TV, da Rádio e do Diário da Borborema.

A partir de 1992, o carnaval na cidade foi promovido por novos parceiros, provenientes de alguns meios de comunicação como mostra na reportagem, porém logo o Jornal Diário da Borborema não participou mais dessa organização, ficando a cargo apenas da Rádio Panorâmica FM e do seu dono Damião Feliciano. O discurso de uma cidade esvaziada durante o período carnavalesco tornou-se o grande campeão

nesse momento, porém os grupos populares não deixaram de fazer os seus festejos. Então, a partir de 1992 os festejos momescos de Campina Grande foram denominados como “Carnaval dos que ficam” apoiado pelo político Damião Feliciano.

A euforia e os grandes desfiles que marcaram toda a década de 1980 entraram em um longo processo de decadência, com algumas agremiações deixaram de existir, principalmente por conta da falta de incentivos com as verbas. Mesmo assim, outra parte continuou a participar dos festejos resistindo à tentativa e invisibilidade por parte dos poderes públicos municipais. Para estes, esse tipo de festejo não trazia lucros para a cidade que, naquele momento, estava com as propostas voltadas para o turismo de eventos.

A Micarande foi quem praticamente acabou o Carnaval de Rua, porque foi uma coisa que as escolas “foi se acabando”. As escolas foi se acabando e a Micarande tomando conta daquilo e da cidade. E ficava naquela dependência de verbas de ajuda e uns patrocinavam outros não, uns ajudam outros não, mas, a gente continuo com as escolas, não com todas mas, com a Unidos da Liberdade, Bambas do Ritmo com a Monte Castelo. A 15 de novembro não quis saber mais, a Pingo de Ouro não quis mais saber, As Malvinas não quis saber, a Em cima da Hora também. Ai diz paro ano a gente volta mas, quando chega na hora a gente não consegue verba, não consegue pessoas humanas mas, tem instrumento mas, as pessoas já tá participando de um boi, tá participando de uma Ala Ursa, enfim de outra escola. E as outras escolas fecharam e até agora a gente fica esperando que ela abra para concorrer para não ficar só aquela, Liberdade e Zé Pinheiro, no outro ano é Liberdade, no outro ano é Zé Pinheiro. Formiga (testemunho oral, 2016).

Formiga é incisivo em sua fala e mostra que muitas agremiações não resistiram à problemática da verba e a disputa com a Micarande. Mesmo com a criação do “Carnaval dos que ficam”, algumas agremiações deixaram de participar da festa popular campinense. Para alguns, a despedida do carnaval campinense foi permanente, para outros não. A Escola de Samba Unidos da Liberdade continuou toda a sua história de luta e resistência no carnaval campinense, caminhando com dificuldades até os dias atuais, não deixando de exibir seus sons no bairro da Liberdade, de exibir o seu verde que representa a esperança de dias e de carnavais com mais incentivos. A despedida da Unidos da Liberdade e dos populares nunca é permanente: ela é de muita resistência e fortalecimento.

A luta pela permanência da festa carnavalesca em Campina Grande, mesmo com toda a construção da morte desta pelo discurso oficial, foi e continua sendo, para os populares, uma pulsão de luta pelo direito à cidade. As cartografias campinenses de “baixo” vão de encontro ao sepultamento da expressão carnavalesca e de toda a memória foliã da Rainha da Borborema.

Diante da pesquisa com foliões de Campina Grande, cabe-nos salientar que a despedida do Carnaval em 1990, não foi uma experiência dos moradores marginais. Os do bairro da Liberdade e integrantes da Escola de Samba “Unidos da Liberdade” não se despediram do Carnaval em 1990, no século XX, muito menos no século XXI, no auge da tessitura da Campina Cidade Santa, um novo texto escrito por gestores e moradores fundamentalistas cristãos que lutam contra as experiências diferentes e ameaçadoras da ordem divina, como o Carnaval e o Encontro da Nova Consciência.

Os corpos ecumênicos, os corpos foliões, os corpos populares representam um imaginário e uma pulsão cidadinas profanas e até demonizadas pelos “novos santos” da Rainha da Borborema” que está se constituindo em pleno século XXI, como Rainha do preconceito e da destruição do Patrimônio Cultural local. Na mesma proporção em que os donos dos macropoderes vêm investindo progressivamente na morte do Carnaval campinense, na mesma proporção, os populares continuam tecendo micropolíticas que

continuam cartografando, dando sentido e visibilidade à Campina do samba, da liberdade de expressão e dos que ficam, não para rezar, mas para dançar e preservar esse valioso patrimônio cultural popular que são as escolas de samba dessa cidade que é santa e profana, desigual e plural, dos brancos e negros, dos pobres, médios e ricos, dos moradores de todas as etnias, raças, gênero, gerações e crenças. Despedida do Carnaval é coisa dos moradores de cima, os moradores de baixo continuam em ritmo de samba.

Considerações Finais

A partir da segunda metade do século XX a cidade de Campina Grande passou por inúmeras transformações e essas mudanças afetaram as festas carnavalescas. O aumento populacional, as mudanças sociais, políticas e econômicas afetaram a estrutura de uma cidade marcada pela chegada de novos rostos, homens, mulheres, crianças, velhos, ricos e pobres que passam a compor, cada vez mais, as feições dessa cidade tão plural e esse conjunto de modificações afetou as práticas carnavalescas da elite campinense. Esta que antes era detentora da rua Maciel Pinheiro e do centro da cidade, viu o seu espaço ser penetrado pelos populares, primeiramente dos bairros com pouca distância em relação ao local da festa. Em um primeiro momento acreditava que esses populares seriam apenas espectadores dos festejos, porém eles passaram a participar das festas, com seus trajes que muitas vezes eram mal vistos, usavam transportes com animais e frequentavam cabarés e dancing que eram desprezados pela elite campinense. De um lado, havia uma elite com suas fantasias bem elaboradas e seus carros preparados para o desfile do Corso. Do outro lado da barreira social, havia populares com fantasias improvisadas, espectadores do corso, que consumiam bebidas alcoólicas e brincavam do mela-mela, prática tão criticada no Carnaval.

Pouco a pouco o espaço foi se tornando “inabitável” para a elite que desejava marcar as suas diferenças e os seus territórios. Então começaram a surgir bailes carnavalescos em clubes sociais. Nesses espaços já existentes antes da década de 1970 havia inúmeras regras para participar daqueles, acirrando ainda mais as diferenças sociais. Os bailes luxuosos, com aquisição de bebidas e grandes atrações, ficaram para a elite campinense, enquanto os populares tomavam os espaços da rua.

Com a década de 1980 os bailes passam a entrar em um processo de decadência e param de existir. A elite campinense passa a demarcar suas diferenças em outros territórios, principalmente na capital, João Pessoa. Alguns membros dessa elite campinense decidiu, na década de 1990, criar o Bloco da Saudade, para relembrar os antigos carnavais campinenses. Carnaval esse no qual o frevo prevalecia, bem como as fantasias luxuosas. Porém esse tipo de festejo ocorria nas prévias carnavalescas da cidade e a elite, depois de tantos anos continuou a passar o carnaval na capital João Pessoa.

Os populares entraram em cena e se enquadraram no modelo domesticador das escolas de samba, sendo eles os atores que protagonizaram o carnaval campinense até o ano de 1989, quando os festejos passaram por um mais processo de reconfiguração. Como vimos, a escola de samba Unidos da Liberdade tem uma história marcada por lutas, glórias e resistências. Através de uma rede de micropoderes os populares conseguiram se fortalecer no carnaval campinense durante toda a década de 1980 e as relações de sociabilidade firmadas no bairro da Liberdade se tornaram peça fundamental para a construção da resistência dos populares e transformação da festa em um patrimônio cultural durante todos esses anos.

Esse fortalecimento dos grupos populares não se deu apenas no bairro da Liberdade, mas em vários outros como os de José Pinheiro e Monte Castelo fazendo com que várias agremiações participassem do carnaval de rua campinense, como bois, Ala Ursas, blocos. A partir de 1970, o samba e o frevo passaram a coexistir no carnaval campinense, porém, toda a trajetória enfrentada por esses populares teve como pano de fundo inúmeras sombras, como discursos jornalísticos que tentaram sepultar o carnaval campinense, a problemáticas com a distribuição e aquisição de verbas e a indefinição para o local dos festejos.

Além de enfrentar toda uma rede burocrática para que o carnaval ocorresse e esses grupos tivessem o direito de participar dos festejos, ainda, a elite política e econômica da cidade tentava criar uma narrativa de que a festa não trazia lucros e rendimentos para a cidade, e que não havia sentido investir tanto em uma festa que deixava a cidade esvaziada. As inúmeras regras e proibições se tornaram práticas comuns por aqueles que participavam dos festejos, até o fim da Ditadura.

Com o fim da Ditadura, outras práticas e discursos passam a ser vivenciadas pelos populares, sendo o primeiro deles, o de uma cidade esvaziada durante os festejos carnavalescos. Porém as próprias fontes jornalísticas se contradiziam com relação a isto. Esse era o momento em que os micro e macropoderes estavam em maior efervescência. As práticas tentavam sobrepor-se à indefinição de onde ocorreriam os festejos e a distribuição das verbas apenas nas vésperas do Carnaval.

Mesmo com todos esses discursos e práticas, os populares resistiram e cada vez mais novas agremiações surgiram, bem como novos espectadores. Porém o ano de 1989 marcou um grande divisor na história do Carnaval popular campinense. Os grupos que haviam se fortalecido durante todos esses anos passam por mais uma reconfiguração com a chegada do Carnaval fora de época denominado Micarande. Esse novo modelo de festa proporcionou um maior retorno econômico para a cidade, que no momento tem seu plano econômico voltado para o turismo de eventos. Para participar desse tipo de festejo era necessário a aquisição de abadás com preço elevado. O novo modelo de festa era inspirado no carnaval baiano e com blocos puxados por trios elétricos. As pessoas que não tivessem dinheiro deveriam acompanhar fora da corda e eram apelidados de pipoca.

Os grupos carnavalescos que participavam do Carnaval de rua campinense deveriam se apresentar neste carnaval fora de época, dominado pelo novo ritmo, o axé baiano. Segundo os narradores, eles não aceitaram tal proposta e assim passaram a ser esquecidos pelo poder público municipal. A partir desse momento os grupos populares foram silenciados na cidade e, para realizar o carnaval, desenvolveram inúmeras resistências. Alguns grupos não conseguiram perdurar por muito tempo e desistiram de participar dos festejos carnavalescos campinenses.

Os poucos grupos que sobreviveram, participaram do carnaval denominado “Carnaval dos que ficam” promovido pelo político Damião Feliciano. A partir de 1992, criou-se na cidade o Encontro para a Nova Consciência que veio agregar diversos credos religiosos. A partir desse momento, durante o período carnavalesco a cidade viveria um retiro espiritual ecumênico. Em 2001, surge o Encontro da Consciência Cristã, evento fundamentalista que se colocou contra o Encontro da Nova Consciência, em busca de uma cartografia da cidade de Deus. Para estes, Deus não estava naquele evento ecumênico, muito menos nos desfiles das escolas de samba. O poder público municipal tem sido aliado dos cristãos fundamentalistas no desenho vertical dessa cartografia da cidade santa que tem expulsado do espaço citadino campinense todas

as expressões, que para eles não procedem de Deus.

Nesse cenário de criação da cidade santa no Carnaval, os corpos dos foliões populares não podem aparecer. A festa profana vira um retiro espiritual sagrado e mais uma vez os populares enfrentam uma batalha para ter o direito de usar a cidade durante o período carnavalesco. As práticas de resistência dos grupos populares não morreram com a chegada da Micarande, ao contrário, esse modelo carnavalesco chegou ao fim em 2008, principalmente por conta dos altos índices de violência que a festa proporcionava. Depois do evento da Micarande, outras ameaças de morte vindas dos “de cima” têm surgido no sentido de destruir a expressão e a preservação desse patrimônio cultural, o carnaval popular campinense. Muitas estratégias de segregação, exclusão, invisibilidade e silenciamento se apresentaram e continuam se apresentando nessa trama carnavalesca de Campina Grande. Mas os populares continuam honrando sua memória da festa e da resistência, ocupando as ruas da cidade com muito samba, muitas cores, muita criatividade e unidade, desenhando e dançando outras Campinas em sua arquitetura do sensível.

Referências

- ALVES, F. **Entrevista concedida a Priscylla Laryssa da Silva Lima**. Campina Grande, 2016.
- AMORIM, L. **Entrevista concedida a Priscylla Laryssa da Silva Lima**. Campina Grande, 2018.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**; tradução, Plínio Dentzien- Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. 3. ed. v. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CERQUEIRA, M. B. **Pobres, resistência e criação: personagens no encontro da arte com a vida**- São Paulo: Cortez, 2010.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, M. de. **Morar, cozinhar**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FORMIGA, R. **Entrevista concedida a Priscylla Laryssa da Silva Lima**. Campina Grande, 2016.
- LIMA, P. L. da S. A “Liberdade” de reinventar o carnaval campinense: astúcias e resistências dos moradores dos bairros populares durante as décadas de 1970 e 1980. Campina Grande: **Dissertação** de Mestrado: PPGH/UFCG, 2021, mimeo.
- MATTA, R. da. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- NETO, J. A. **Entrevista concedida a Priscylla Laryssa da Silva Lima**. Campina Grande, 2014.
- NETO, J. A. **Entrevista concedida a Priscylla Laryssa da Silva Lima**. Campina Grande, 2019.
- PELEGRINI, S. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PESAVENTO, S. Jatahy, Cidades, visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias. **Revista Brasileira de História**. v. 27, n. 53, São Paulo, 2007.
- PORTELA, D. K. Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: Memórias e representações na SANBRA. **Dissertação** (Mestrado em História). PPG em História. Universidade Federal de Campina Grande, 2013.
- SANTOS, W. G. dos. Enredando Campina Grande nas teias da cultura: (des) inventando festas e (re)inventando a cidade - 1965-2002. **Dissertação** de mestrado pela Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

SEBE, J. C. **Carnaval Carnavais**. São Paulo: Ática, 1986.

SILVA, K. Q. e. Entre as normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino em 1950, 60 e 70 na Paraíba. **Dissertação** de mestrado. PPGH/UFPE, Recife, 1999.

SOUZA, A. C. B. de. **No passo do urubu malandro**: Uma História social do Carnaval Campinense. Pará de Minas: VirtualBooks, 2015

Submetido em: 26.08.2021

Aceito em: 26.10.2021